**VICENTE FALEIROS**

***Fragmentos do pronunciamento durante a 2ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (2009)***

Uma rede só existe enquanto relação, enquanto relações, numa formação de posições em movimento, onde cada posição se constrói no movimento de enfrentamentos e consensos e de deslocamentos. Se a posição permite o movimento, o movimento muda a posição.

Para conceber e agir em rede, pressupõe-se, também, que nenhuma organização dá conta, por si mesma, da multidimensionalidade do envelhecimento, ou mesmo do existir humano, o que configura a incompletude de todas as instituições e, ao mesmo tempo, a complementaridade dos atores. As instituições que se pretendem totais são ilusórias, pois privam as pessoas da realização de suas necessidades, da interação e do protagonismo, bem como de seus direitos de participação. Nenhuma instituição dá conta completamente de atender a multidimensionalidade do ser humano, as suas necessidades, a diversidade e as ocorrências que sucedem durante a vida.

A rede social pressupõe a complementaridade das ações com convergência compartilhada. Se a incompletude das instituições implica a multidimensionalidade, a ação em rede implica uma ação multidimensional articulada, em que haja complementaridade de níveis, escalas, complexidade e, fundamentalmente, interação, com construção coletiva de propostas e práticas compartilhadas.

A rede não existe 'para' alguém, ela se constrói e existe 'com'. É uma "rede.com", que implica participação da pessoa idosa. Para isso, precisamos romper com uma cultura do "velhinho sem voz e sem história", passando para uma cultura de protagonismo.

O trabalho em redes sociais implica, também, romper com o clientelismo, porque não se faz rede com clientelas ou com tutelas, pois a rede tem como horizonte a efetivação de direitos no sentido de promovê-los com os atores envolvidos, com o sujeito principal da rede, que é a família onde está o idoso, e a pessoa idosa. O clientelismo consiste na troca de lealdade por favores. A ruptura das lealdades clientelistas é fundamental para se promover uma cultura de rede, na perspectiva de se mudar a nossa cultura de fazer política, de clientelista para uma cultura cidadã.

É preciso olhar o idoso como pessoa em sua multidimensionalidade e na interação. Se um problema afeta o todo, o todo afeta os problemas. O olhar para a queixa precisa ser superado pela escuta da fala e pelo deciframento das relações. A rede secundária é a que presta serviços em nível de apoio e especialização. A especialização é a busca do aprofundamento de uma dimensão do todo e não sua negação.

O “olhar de rede” é um olhar para a multidimensionalidade, um olhar para as relações constitutivas da própria multidimensionalidade em seu processo de conflito e integração.

A Política Nacional do Idoso (PNI) prevê essa multidimensionalidade enquanto direito à aposentadoria, educação, à saúde, à assistência, ao lazer, ao trabalho,à cultura, mas é na rede que são articuladas com o foco na pessoa idosa e no coletivo de idosos, na velhice.

Portanto, a integração das dimensões não pode ser vista apenas como soma de partes, implica uma visão relacional dinâmica, em ruptura também com o personalismo e a privatização do público. A construção da rede pública de atenção supõe realmente a compreensão e a efetivação do sentido público do trabalho em rede.

## A construção da rede

Os direitos são o horizonte que nos faz caminhar, como disse um poeta: a função é nos fazer caminhar, mas a caminhada implica recursos e vínculos, pois trabalho em rede é vinculação dos atores para compartilhar projetos, dispositivos e recursos nos territórios da ação.

A rede se faz no cotidiano das relações organizacionais e pessoais, não é um desenho num papel, ela é construtivista, processual nos vínculos que se fortalecem e se esmaecem. Por exemplo, é diferente uma rede na cultura quilombola de uma rede em territórios urbanizados de uma metrópole.

Para que haja vinculação e articulação de atores é indispensável a comunicação entres os mesmos. Não adianta elencarmos quais são os atores que irão atuar na rede, é necessário saber que tipo de comunicação deve ser estabelecido entre eles, porque é justamente nessa interação comunicativa que poderemos trabalhar consensos e construir argumentos.

É pela comunicação que se definem as responsabilidades a serem assumidas e compartilhadas para se colocar à disposição do conjunto os recursos, as pessoas, os carros, os telefones, a informática, a Internet e outros dispositivos.

A comunicação deslinda os passos a serem seguidos com a participação e o ritmo dos sujeitos protagônicos implicados em sua cultura e território e na dinâmica entre a rede primária e a rede secundária, conforme as necessidades daquelas pessoas. Isso implica solidariedade, porque não há responsabilidade em rede que não seja necessariamente solidária.

A rede não deslancha nem se estrutura sem coordenação. Daí a importância de se construir uma coordenação de rede, o que é uma das questões mais difíceis de ser trabalhada, não só em razão da diversidade de instituições e de atores, mas de suas

diferenças de linguagem e, principalmente, de poder. Coordenar pode ser um mecanismo rotativo que pressupõe legitimidade com dinâmica democrática e descentralizada.
A construção da coordenação é um dos processos mais complicados da rede, porque entra na disputa de poder. A definição de regras de transparência, rotatividade, prestação de contas, debates traz a possibilidade de redução dos conflitos.

É condição de possibilidade de trabalho em rede a definição e a busca da resolubilidade das questões, da efetivação de direitos e da satisfação das pessoas sujeitos em pauta.

Na realidade dos territórios existem serviços diferentes, necessitando-se de um mapeamento dos mesmos e de sua relação, Qual a relação entre SUS e SUAS na agenda política de atenção à pessoa idosa no território? Que organizações de idosos existem?

Com que condições contam as famílias para suporte ao idoso? Quantos idosos necessitam de cuidados especiais e que serviços estão disponíveis?

A iniciativa de articulação pode ser iniciada com uma parceria, sem que todos os possíveis implicados estejam presentes. Parcerias são diferentes de articulações complexas, pois se desencadeiam com acordos entre atores. A articulação é um trabalho mais profundo, que vai exigir mais da coletividade, e que implica aglutinação comum de esforços com um foco, com uma prioridade para, finalmente, construir uma organização estratégica.

A construção da rede é um processo em espiral que vai se traduzindo no território em ações que não só se somam, mas que se integram na interação. Rede não é soma, é interação de integração no pressuposto de que o compartilhamento potencializa a unidade, o que dá um *plus* na organização, um salto de paradigma. Ela é uma construção que vai agregar e dar um passo além daquilo que está sendo feito separadamente para que a ação integrada possa potencializar cada um. Uma rede é um processo de potencialização da efetivação de direitos e de sua resolubilidade.

Finalmente, a rede pressupõe que a sociedade, a família e o Estado possam formar coalizões cada vez mais articuladas para efetivar os direitos previstos, para que o lugar das pessoas idosas não somente esteja na lei, mas nos orçamentos e nas práticas cidadãs de cada uma dessas instâncias e em suas articulações.

**Texto disponível em**: http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-do-Idoso-CNDI/conferencias/2a-conferencia/8-anais-da-ii-cndpi-2008